



V CLABES

QUINTA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR



CONTEXTO DO PROUNI NO BRASIL: REFLEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE FAVORECE O ACESSO NO ENSINO SUPERIOR E SUA EFETIVIDADE NA PERMANÊNCIA.

Línea 5. Políticas nacionales y gestión institucional para la reducción del abandono

NASCIMENTO, Lorena Machado do
SOZO, Martha Luci M^a
MOROSINI, Marília Costa
Pontifícia Universidade Católica do RS - BRASIL
e-mail: lorena.nascimento72@gmail.com

Resumo: Esse estudo apresenta uma contextualização do Programa Universidade para todos - ProUni no Ensino Superior no Brasil, mostrando o panorama deste programa de parceria público-privada, que incentiva e favorece o ingresso na Universidade e, que este ano, completa 10 anos de funcionamento. Sob a perspectiva de um olhar crítico desde o surgimento de tal política e como ela interfere e se conjuga na construção de melhorias na Educação Superior no Brasil. O texto apresenta, através de um estudo bibliográfico, o pensamento de diferentes autores sobre o papel do programa na manutenção e permanência dos estudantes que ingressam através do programa. O ProUni se insere como uma política de emergência que visa o desenvolvimento socioeconômico do país, atingindo uma camada da população até então excluída das universidades, por isso, provavelmente, gere tantos debates e pontos de vista diferentes como Catani, Hey e Gilioli (2006) que questionam até que ponto o programa é um instrumento de democratização ou uma mera forma de expansão das instituições privadas; como Nascimento, Santos e Davoglio (2013) que apontam para a reflexão sobre as condições de permanência e manutenção desses bolsistas nas instituições privadas; como Morosini, Felicetti e Cabrera (2014) que destacam o impacto positivo tanto acadêmico como social da inclusão de um novo perfil de estudante universitário; como também Pimentel e Paiano (2015) que afirmam que o ProUni estabeleceu um corte na visão elitista da educação superior, contribuindo para que jovens das camadas mais baixas tivessem acesso a um curso de graduação; entre tantos outros abordados no estudo. Diante desse cenário e apontando para a necessidade de atentar para a realidade sócio-política-cultural que possa oferecer subsídios que incentivem a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, destacamos a necessidade de constante aprimoramento do programa, formação continuada dos professores afim de atender este novo perfil de aluno, bem como investimentos que tragam sustentação à realidade cotidiana desses alunos nas instituições de ensino privadas, considerando que o ensino superior fomenta pela sua constituição e pela suas práticas, um movimento dinâmico não só para favorecer o ingresso, mas também reduzir o abandono.

Palavras Chave: ProUni, Educação Superior, Políticas Públicas, Permanência Estudantil



V CLABES

QUINTA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR



1. Introdução

Atualmente, nos deparamos com um panorama universitário marcado pelos desafios do novo papel das Instituições de Educação Superior (IES), diante de uma sociedade globalizada, que atenda a demanda local, num contexto global, o que, por sua vez, acaba por gerar fatores que estão influenciando as características atuais dos sistemas de ES, dentre eles: o aumento do acesso, a expansão acelerada, sistemas de educação superior heterogêneos e complexos.

A partir da década de 90, segundo Morosini (2005), não contamos mais com um único modelo de ensino superior – a universidade –, mas, sim, com um sistema de educação superior complexo, diversificado e expandido. A educação superior, segundo essa autora, “[...] deve desenvolver um amplo conjunto de qualificações entre os estudantes mais do que a aprendizagem de uma disciplina específica ou profissão” (MOROSINI, 2014, p. 405). Essas mudanças e oportunidades configuram-se nas questões emergentes da educação superior, desencadeadas das tendências internacionais que tiveram início com o Processo de Bolonha.

Um dos programas que muito contribuiu para essas mudanças ocorridas no Ensino Superior, bem como para o aumento do número de alunos nos cursos de graduação, foi o Programa Universidade para Todos - ProUni, que foi criado pela MP n 213/2004 e institucionalizado pela Lei n 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições

privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições que aderirem ao programa. Como uma política de ação afirmativa, este programa é voltado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede privada, na condição de bolsista integral, estudantes portadores de necessidades especiais e professores da rede pública de ensino que se candidatem a cursos de licenciatura.

A criação do ProUni, que este ano completou dez anos, gerou inúmeras polêmicas em virtude da troca de vagas por isenção de impostos. Recebeu diversas críticas devido a ser visto como ameaça ao ensino superior público, e com a formação deficitária dos estudantes que estavam ingressando nas IES, esses oriundos de uma educação básica pública.

Portanto, é necessário analisar o contexto histórico em que o Prouni foi criado permitindo entender o que significou o programa para os diversos setores. O Brasil, durante um período, sofreu o sucateamento das universidades públicas e escolas técnicas federais, e, ao mesmo tempo, a expansão desenfreada das instituições de ensino superior privadas, o que ocasionou um excesso de vagas ociosas. Isso gerou um quadro complexo de administrar: recursos públicos escassos a serem aplicados em toda educação básica, e no ensino superior, a pressão do processo de globalização por mão-de-obra qualificada, que, em nosso país, estava praticamente estagnada devido ao baixo percentual de trabalhadores com ensino superior, em comparação com os países desenvolvidos ou até mesmo latino-americanos como o Uruguai.



V CLABES

QUINTA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR



Diante desta realidade, o governo federal, a partir de 2004, promoveu diversas políticas públicas voltadas à ampliação do acesso ao ensino superior, democratizando-o à população, em especial, a de baixa renda, historicamente, excluída do acesso aos melhores empregos e remunerações por falta de escolaridade. Dentre as várias iniciativas tomadas, ocorreu à criação do ProUni, que atendeu os interesses do governo, ao não aumentar diretamente os gastos públicos; aos empresários da educação ao receberem isenção de alguns impostos federais e com o preenchimento das vagas ociosas, e à população excluída, que teve a oportunidade de sonhar em ingressar no ensino superior.

Mas não basta incluir os estudantes no ensino superior, é preciso garantir sua permanência e a conclusão da graduação. Por isso novos questionamentos surgiram durante estes dez anos: qual a assistência e apoio dado ao estudante? como evitar o abandono? Se antes dele havia um ideal, um propósito a ser alcançado? Muitas vezes o estudante espera, mesmo que de modo inconsciente, que os professores tenham para além do conteúdo a ser ensinado, atitudes de apoio e incentivo que favoreçam a permanência na universidade. Que ele ajude a pensar e a construir alternativas mediante as dificuldades enfrentadas por esses alunos, que se estende e se revitaliza mediante as reais necessidades dos mesmos. Não se trata de “dar nota” para de algum modo elevar a autoestima do aluno, mas de um amparo mais eficiente e até desafiador, como compreender que esse novo perfil de aluno exigirá dele uma maior flexibilidade e consciência do seu real papel em sala de aula, bem como de suas práticas e formas de avaliar. Proporcionar eficácia na

aprendizagem é que pode fazer com que os alunos sintam-se mais motivados a conquistar o espaço na universidade e a compreender o tempo dedicado para superar desde as dificuldades econômicas e sociais, como às dificuldades cognitivas e de aprendizagem. Por isso trazemos aqui reflexões acerca da formação continuada do professor estar atenta a estas mudanças no panorama discente.

2. O acesso e a permanência do bolsista do Prouni na perspectiva da inclusão social.

O ProUni, desde a sua criação, já atendeu até o segundo semestre de 2014, mais de 1,4 milhões de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais (Brasil, 2015). No estado do Rio Grande do Sul, nestes dez anos, foram ofertadas 114.558 bolsas. E só no ano de 2014 foram 20.595. Ou seja, esses dados nos dão o panorama da oferta de bolsas, comprovando o compromisso do programa em garantir o acesso e a inclusão social de estudantes historicamente excluídos das Universidades. Mas como está a permanência destes bolsistas?

Catani, Hey e Gilioli (2006) questionaram no início do ProUni, até que ponto o programa é um instrumento de democratização ou uma mera forma de expansão das intuições privadas. Eles trazem diversas questões sobre o favorecimento das IEs privadas, pois muitas com vagas sobrando e dificuldades de captar novos alunos foram beneficiadas com o recebimento de alunos pelo programa, bem como a isenção fiscal oferecida pelo Governo. Também trazem a questão que o programa não trazia benefícios para manutenção do estudante na graduação:



V CLABES

QUINTA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR



Até como mera política assistencialista o Prouni é fraco, porque espera que as IES privadas “cuidem” da permanência do estudante. Abre o acesso a educação superior, mas não oferece mais do que um arremedo de cidadania de segunda classe aos contemplados. (p.137)

Chamando a atenção de que o benefício da bolsa para custear a mensalidade não seria o suficiente, pois o aluno teria que subsidiar os custos com alimentação, transporte e material, não garantindo assim a permanência desses estudantes.

Felicetti (2014: 533) em seu estudo também aponta as dificuldades mencionadas pelos egressos bolsistas durante o percurso acadêmico, tais como: dificuldade material/de tempo; dificuldade geográfica, ou seja, a distância percorrida por eles até a universidade; dificuldade socioafetiva; e dificuldade com conteúdo acadêmico.

Nascimento, Santos e Davoglio (2013) apontam reflexões sobre as condições de permanência e manutenção de alguns bolsistas nas instituições privadas. Em seu estudo com bolsistas de Pedagogia destacaram, além das questões financeiras, as dificuldades de adaptação a vida acadêmica, como a aceitação por parte de colegas e administração do tempo dedicado aos estudos, pois a maioria trabalha em tempo integral, utilizando-se do fim-de-semana e madrugadas para a realização das tarefas.

Ajustar-se ao ambiente da educação superior refere-se a integrar-se socialmente com as novas pessoas que permeiam o novo contexto (Pascarella; Terenzini, 2005). Isso se dá por meio da participação em atividades sociais e no desenvolvimento de relações interpessoais satisfatórias, proporcionando a sociabilidade, desencadeando as interações e desenhando a

adaptação ao novo contexto que está sendo experienciado.

Esses estudos evidenciam a realidade do aluno bolsista de ProUni, onde percebe-se que a mensalidade da graduação não é fator exclusivo para impedir a permanência do estudante em uma IES privada. Ela é sim fator importante para permitir o acesso, mas não vital para garantir a oportunidade de inclusão de uma categoria social na vida acadêmica e estimulando as possibilidades de ascensão social, cultural e econômica através do Ensino Superior.

3. Da conclusão do curso ao acesso ao mercado de trabalho: mudança no panorama Brasileiro.

Pimentel e Paiano (2015:107) afirmam que o ProUni estabeleceu um corte na visão elitista da educação superior, contribuindo para que jovens das camadas mais baixas tivessem acesso a um curso de graduação. E ainda:

O ProUni significou para vários alunos a oportunidade de mudar de vida, de sonhar e ter um projeto profissional. Em suas falas, eles relatam:[...] “Fazer Direito realizou um sonho distante, meus amigos hoje são garçons e eu tenho perspectiva de um futuro melhor.”(p.113)

Morosini, Felicetti e Cabrera (2014) que destacam o impacto positivo tanto acadêmico como social da inclusão de um novo perfil de estudante universitário:

Os depoimentos dissertativos dos participantes da pesquisa também evidenciaram mudanças ocorrendo, tanto no contexto familiar, como social, pois os respondentes ao afirmarem como ponto positivo do ProUni a formação em nível superior, a qual lhes permitiu melhor colocação no mercado de trabalho, estão evidenciando a inclusão na sociedade, a satisfação, a qualidade de vida, a influência e incentivo que esse novo perfil de graduado está desencadeando no meio familiar e no entorno de seu dia-a-dia. (p36)



V CLABES

QUINTA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR



Os autores apontam ainda, que dos que tinham trabalho relacionado com a formação, 70% tiveram aumento salarial; e dos que não tinham trabalho relacionado a formação 30% tiveram aumento salarial (p.31). Percebe-se que a qualificação proporciona uma melhor posição no mercado de trabalho e, por extensão, pode haver uma melhoria salarial, bem como a satisfação com a atividade desenvolvida. Portanto, essa constatação, indica que o ProUni está promovendo uma maior equidade com relação às oportunidades e qualidade de vida, assegurando um maior pertencimento na sociedade, aos sujeitos excluídos.

4. Formação Continuada dos Professores – reflexões para favorecer a permanência

A partir desse cenário, de uma nova configuração discente, e das possibilidades de mudança social para os estudantes bolsistas, destacamos importante contribuição da pessoa do professor, com seus princípios e propósitos enquanto educador e sua formação adequada para tal, como um dos fatores que podem favorecer a permanência dos estudantes de ProUni na universidade.

A formação de professores envolve qualificação pedagógica e científica como meios de garantir qualidade no ensino superior. Essa qualificação vai para além da formação que envolve uma graduação, e passa para a necessidade da constante capacitação e adaptação aos novos cenários educativos. Pois como nos afirma Tardif (2002) o saber do professor é social porque as práticas não se baseiam em uma ciência, mas são legitimadas pela cultura de uma sociedade, pelas construções sociais, que serão tecidas no decorrer da carreira com o conhecimento e

contextualizadas com a realidade dos seus alunos.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de um investimento das IES, mas também uma busca pessoal dos professores por essa qualificação / preparação, pois o aluno que chega na sua sala de aula hoje, não se configura mais como aquele aluno que tem tempo disponível para o estudo, para a realização de trabalhos, bem como disponibilidade para participar de atividades extra classe.

ZABALZA (2004) nos diz que: Tradicionalmente, a formação foi considerada incumbência dos próprios professores. De modo geral, a estrutura das operações universitárias gira quase sempre em torno do eixo individual (turmas, pesquisa, publicações, formação, etc). Com a formação aconteceu algo semelhante: cada professor universitário é responsável por sua própria formação, e fica em suas mãos a decisão de buscá-la, de que tipo, em que momento e com que objetivo. (p. 147)

O docente preparado para esta complexidade contribuirá para criação de um clima mais favorável ao ensino e aprendizagem, repercutindo através de como as aulas são preparadas e conduzidas, contribuindo para o enfrentamento de novos desafios e atenuando as possíveis razões para o abandono dos estudos e de toda a convivência que a universidade proporciona aos alunos.

5. Considerações Finais

À proporção que se fizeram investimentos para propiciar o acesso de mais estudantes ao à Educação Superior deparamo-nos com as



V CLABES

QUINTA CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR



dificuldades para a permanência dos mesmos com a intenção de romper uma certa lógica que os mantinha alienados.

Para que a educação possa modificar/transformar essa lógica de sujeito alienado, marcado pela desigualdade social, é preciso estar atenta às políticas e à legislação educacional. Ao fazer isso é possível criar estratégias que permitam ao sujeito superar essa condição definida a priori por conta da sua classe social.

Apesar das críticas iniciais ao ProUni, como adesão a faculdades com qualidade duvidosa verificado nas baixas notas no ENADE; denúncias de isenção de tributos sem a oferta correspondente de vagas; e das dificuldades de permanência do bolsista em IEs privadas, essas, por si só, não tiram o mérito dessa política pública, mas alertam para a necessidade de reflexões e avaliações constantes do programa.

Por isso, é necessário que o governo federal, tome medidas que assegurem o cumprimento dos parâmetros necessários de qualidade nas IES privadas, no tocante aos cursos, as universidades, e a qualificação docente, favorecendo a permanência do estudante bolsista que enfrenta muitas dificuldades para concluir a tão desejada graduação. Além disso, o Sistema da Educação Superior no Brasil precisa, para conseguir atender o maior contingente populacional possível, diversificar suas ações, sem necessariamente excluir outras. Como reavaliar o apoio e suporte dado ao estudante bolsista dentro da IES privada, bem como ao docente, através de formação continuada, que cada vez mais encontra um cenário diverso e complexo de administrar.

6. Referências

- Brasil (2015). Ministério da Educação e Cultura. Programa Universidade para Todos. <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acessado em 25 de agosto de 2015.
- Catani, A. M.; Hey, A.P.; Gilioli, R.S.P. (2006). PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior. Educ. rev., Belo Horizonte, MG, n. 28, p.125-140, dezembro.
- Felicetti, V. (2014) Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica. Rev. Bras. Estudos Pedagógicos (online), Brasília, v. 95, n. 241, p. 526-543, set./dez.
- Felicetti, V.; Morosini, M. C.; Cabrera, A. F. (2014). Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. Revista Iberoamericana de Educação Superior, vol. V, núm. 13, pp. 21-39
- Morosini, M. C. (2005) O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, M. Bastos. Histórias e memórias da Educação no Brasil. Vol III, Petrópolis: Vozes.
- Morosini, M. C (2014) Qualidade na Educação Superior e Contextos Emergentes. Revista Avaliação: Campinas, v. 19n p. 385-405
- Nascimento, L.M., Davoglio, T.R.& Santos, B.S. (2013) Desafios à permanência de alunos de ProUni no curso de pedagogia: uma análise qualitativa. In: MARQUES, E. P. da S.; SILVA, E. H. O. (Orgs.) O programa Universidade para todos no contexto da Educação Superior no Brasil. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 232 p..
- Pimentel, L. V. ; Paiano, B. D. (2015) ProUni: a produção de sentidos de uma política afirmativa. In: Marques, E. P. da S.; Silva, E. H. O. (Orgs.) O programa Universidade para todos no contexto da Educação Superior no Brasil. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 232 p..
- Pascarella, E. T.; Terenzini, P. T. (2005) *How college affects students: a third decade of research*. São Francisco: Jossey-Bass; A Wiley Imprint., v. 2.
- Tardif, M. (2002) *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.
- Zabalza, M. (2004) O Ensino Universitário seu cenário e seus protagonistas. Ed ARTMED, Porto Alegre.